



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal nº 1.967/2018, publicada em 19 de novembro de 2018

Quarta-Feira, 11 de fevereiro de 2026

Ano IX

Edição n.º 1701

Total de Páginas: 007

www.ribeiraodopinhall.pr.gov.br/diario_oficial

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

DECRETO Nº 016/2026, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026

Aprova o Regulamento do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura do Município de Ribeirão Do Pinhal – Paraná.

O Prefeito do Município de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, **Dartagnan Calixto Fraiz**, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando a Lei Municipal nº 2.413/2024, que institui o Sistema Municipal de Cultura e cria o Fundo Municipal de Cultura – FMC,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, como parte integrante deste Decreto, o **Regulamento do Fundo Municipal de Cultura – FMC**, no âmbito do Município de Ribeirão do Pinhal – PR.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, em 10 de fevereiro de 2026.

DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ
Prefeito Municipal

CÍCERO ROGÉRIO SANCHES
Secretário Municipal de Administração

OSVALDIR PADILHA JUNIOR
Diretor Municipal de Cultura

REGULAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC (Anexo ao Decreto nº 16/2026)

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO

Art. 1º O Fundo Municipal de Cultura – FMC é um instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a apoiar financeiramente programas e projetos que visem fomentar e estimular as atividades artísticas e culturais no Município de Ribeirão do Pinhal, em consonância com as diretrizes do Plano Municipal de Cultura.

Parágrafo único. O FMC terá sua estrutura de execução, controle e prestação de contas vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, obedecendo às normas gerais aplicáveis à operacionalização de fundos públicos.

Art. 2º O FMC é um fundo especial de natureza contábil-financeira, sem prazo determinado, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Ribeirão do Pinhal.

Art. 3º Constituem receitas do FMC:

- I – auxílios, contribuições, subvenções, transferências e participações em convênios;
- II – doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- III – produto de operações de crédito;
- IV – rendimentos oriundos da aplicação de seus próprios recursos;
- V – recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com instituições públicas ou privadas;
- VI – transferências ordinárias e extraordinárias do Município, do Estado ou da União;
- VII – dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal;
- VIII – arrecadação oriunda de ingressos, taxas e preços públicos cobrados em eventos culturais;
- IX – recursos oriundos de incentivos fiscais destinados à cultura;
- X – quaisquer outros recursos financeiros legalmente incorporáveis;
- XI – recursos oriundos de contratos de concessão pública;
- XII – saldos positivos apurados em balanço.

§1º Será aberta conta bancária específica em instituição oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos do FMC.

§2º A concessão de apoio financeiro observará os limites estabelecidos nos editais públicos de seleção de projetos culturais.

Art. 4º A destinação dos recursos do FMC será deliberada com base no saldo disponível, observados os compromissos anteriormente assumidos e os critérios definidos em edital.

Art. 5º Os recursos do FMC poderão ser aplicados nas seguintes finalidades:

- I – desenvolvimento de programas culturais e socioculturais;
- II – capacitação e aperfeiçoamento de artistas e agentes culturais do Município;
- III – produção e realização de eventos culturais;
- IV – apoio ao transporte de grupos culturais para participação em eventos fora do Município;
- V – apoio e manutenção de grupos artísticos e folclóricos locais;
- VI – preservação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial;
- VII – difusão cultural e circulação de produções artísticas;
- VIII – manutenção, ampliação ou revitalização de espaços culturais;
- IX – premiação de concursos e festivais culturais;
- X – apoio a projetos socioculturais de entidades sem fins lucrativos.

Parágrafo único. Os recursos remanescentes poderão ser reaplicados conforme deliberação do Conselho Municipal de Cultura.

CAPÍTULO II DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 6º Poderão receber recursos do FMC:

- I – a Secretaria Municipal de Cultura, para execução de projetos institucionais;
 - II – entidades culturais sem fins lucrativos sediadas no Município;
 - III – artistas e agentes culturais residentes no Município;
 - IV – palestrantes, instrutores e formadores culturais;
- e

§ 1º A liberação dos recursos dependerá de aprovação prévia do Conselho Municipal de Cultura.

§ 2º Os beneficiários deverão apresentar prestação de contas no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a utilização dos recursos.

§3º É vedada a concessão de recursos a beneficiários já contemplados simultaneamente por outros programas governamentais, salvo exceções previstas em lei.

Art. 7º Poderão ser contempladas as seguintes áreas culturais:

I – artes cênicas, música, dança e circo;

II – artes visuais e audiovisuais;

III – literatura e leitura;

IV – cultura popular e folclore;

V – artesanato;

VI – patrimônio histórico e cultural;

VII – museologia, memória, pesquisa e documentação;

VIII – formação e capacitação cultural.

CAPÍTULO III DA OBTENÇÃO DOS RECURSOS

Art. 8º Os interessados deverão protocolar seus projetos culturais junto à Prefeitura Municipal, que os encaminhará à Comissão de Avaliação do Conselho Municipal de Cultura.

§1º Os projetos deverão conter objetivos, justificativa, orçamento, cronograma físico-financeiro e contrapartida social.

§2º A existência de outros financiamentos não impede a análise do projeto.

Art. 9º Aprovado o projeto, será emitido certificado contendo o valor aprovado e o cronograma de desembolso.

Art. 10. O beneficiário deverá prestar contas da aplicação dos recursos, sob pena de sanções administrativas, civis e penais.

Art. 11. Todo material de divulgação dos projetos apoiados deverá mencionar o apoio institucional da **Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal / Secretaria Municipal de Educação e Cultura / FMC**.

Art. 12. A gestão financeira e contábil do FMC caberá à Secretaria Municipal da Fazenda, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 13. O Plano de Aplicação do FMC será aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 14. A prestação de contas dos recursos aplicados será apresentada trimestralmente ao Conselho Municipal de Cultura.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Cultura, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 16. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ribeirão do Pinhal – PR, 10 de fevereiro de 2026.

DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal n.º 1.967/2018.

Ano IX | Edição n.º 1701 | Quarta-feira | 11 de fevereiro de 2026.

Pág. 04

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

TERMO DE FOMENTO – TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA - Nº 011/2026 - QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO - HOSPITAL E MATERNIDADE DE RIBEIRÃO DO PINHAL, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

De um lado, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 76.968.064/0001-42, doravante denominado **CONCEDENTE**, e de outro lado a **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO- HOSPITAL E MATERNIDADE DE RIBEIRÃO DO PINHAL** - inscrita no **CNPJ: 60.975.737/0099-65**.

DO OBJETO – Apoio financeiro de custeio na priorização e no desenvolvimento das ações no atendimento de saúde a toda população de forma integral, através dos serviços de urgência e emergência aos pacientes encaminhados pela Unidade Básica de Saúde - UBS ao hospital.

DO VALOR - R\$600.000,00(seiscentos mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES** de fevereiro de 2026 a janeiro 2027.

Ribeirão do Pinhal, 11 de fevereiro de 2026.

Dartagnan Calixto Fraiz
Prefeito Municipal -

Justino Scatolin
Superintendente Sociedade Beneficente São Camilo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

JUSTIFICATIVA

Referência: **Inexigibilidade de Chamamento Público – 011/2026** - Repasse ao Terceiro Setor - **Termo de Fomento 011/2026 de Transferência Voluntária – Subvenção Social.**

Base legal: Art. 31 e Art. 32 da Lei Federal 13019/2014, atualizada pela Lei 13204/2015 e Decreto Municipal nº 012/2017, **Leis Municipais** Lei Orgânica do Município, Lei de nº 2.196/2021 e 2.198/2021.

Entidade Privada Sem Fins Lucrativos: Sociedade Beneficente São Camilo.

- **CNPJ:** 60.975.737/0099-65.

- **Valor total do repasse:** R\$ 600.000,00(Seiscentos mil reais).

- **Período:** fevereiro 2026 a janeiro de 2027.

- **Lei Federal 13.019/2014 alterada pela 13.204/2015:**

Art. 32. Nas hipóteses dos Arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público.

- **Justificativa da Inexigibilidade:** A Sociedade Beneficente São Camilo é a única entidade em nosso município que presta assistência de saúde à população em regime de internação e ambulatorial, e em atendimento de urgência e emergência, e está amparada pelas Leis acima citadas.

Ribeirão do Pinhal, 11 de fevereiro de 2026.

Dartagnan Calixto Fraiz
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

JUSTIFICATIVA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal n.º 1.967/2018.

Ano IX | Edição n.º 1701 | Quarta-feira | 11 de fevereiro de 2026.

Pág. 05

Referência: **Inexigibilidade de Chamamento Público n.º 12/2026** - Repasse ao Terceiro Setor - **Termo de Fomento - Transferência Voluntária de n.º 12/2026 - Subvenção Social.**

Base legal: Art. 31 e Art. 32 da Lei Federal 13019/2014, atualizada pela Lei 13204/2015 e Decreto Municipal n.º 012/2017, **Leis Municipais** Lei Orgânica do Município, Lei de n.º 2.198/2021 e 2.199/2021.

Entidade Privada Sem Fins Lucrativos: Sociedade Beneficente São Camilo.

- **CNPJ:** 60.975.737/0099-65.

- **Valor total do repasse:** R\$145.499,03.

- **Período:** Fevereiro a dezembro de 2026.

- **Justificativa da Inexigibilidade:** A Sociedade Beneficente São Camilo é a única entidade em nosso município que presta assistência de saúde à população em regime de internação e ambulatorial, e em atendimento de urgência e emergência, e está amparada pelas Leis acima citadas.

Ribeirão do Pinhal, 10 de fevereiro de 2026.

Dartagnan Calixto Fraiz
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

TERMO DE FOMENTO- TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA – Nº 02/2026 - RECURSO DOS 3%, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

ENTIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL- CNPJ: 76.968.064/0001-42.

ENTIDADE CONVENIENTE: LAR SÃO VICENTE DE PAULO CNPJ: 77.426.922/0001-90.

PERÍODO: Fevereiro a dezembro 2026. **VALOR ANUAL:** R\$160.048,93.

Ribeirão do Pinhal, 02 fevereiro de 2026.

Dartagnan Calixto Fraiz
Prefeito Municipal

João Luiz Corinth
Presidente do Lar São Vicente de Paulo de Ribeirão do Pinhal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

TERMO DE FOMENTO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA – Nº 010/2026- RECURSO DO TESOIRO MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E O CENTRO DE APOIO E ESPERANÇA DE LONDRINA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

ENTIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL – CNPJ: 76.968.064/0001-42. **ENTIDADE CONVENIENTE:** CENTRO DE APOIO E ESPERANÇA DE LONDRINA – CNPJ: 05.030.509/0001-90.

VIGÊNCIA: Fevereiro a dezembro 2026.

VALOR TOTAL: R\$ 14.400,00(*quatorze mil e quatrocentos reais*).

Ribeirão do Pinhal, 11 de fevereiro de 2026.

Dartagnan Calixto Fraiz
Prefeito Municipal

Romilda Ferreira dos Santos
Presidente da Associação Centro de Apoio e Esperança de Londrina

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal n.º 1.967/2018.

Ano IX | Edição n.º 1701 | Quarta-feira | 11 de fevereiro de 2026.

Pág. 06

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

JUSTIFICATIVA

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público nº 10/2026 – Repasse ao Terceiro Setor – **Termo de Fomento nº10/2026.**

Base legal: Art. 31 e Art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, Leis Municipais 1331/2007, 2.287/2022 e Resolução 002/2014-CMS. **Entidade Beneficente de Assistência Social:** Centro de Apoio Esperança e Londrina. **CNPJ:** 05.030.509/0001-09 - **Com sede** na rua Ataulpho de Paiva, nº135, Jardim Monções, na cidade de Londrina – Paraná.

- **Objeto proposto:** Constitui objeto do presente Termo de Colaboração, atender os munícipes em tratamento de neoplasia maligna que buscam tratamento de quimioterapia e/ou radioterapia no Hospital do Câncer em Londrina - Paraná e acompanhantes de Ribeirão do Pinhal, oferecendo-lhes pouso, alimentação e também atendimento biopsicossocial a pacientes e familiares.

Valor: R\$14.400,00 **Período:** Fevereiro a dezembro de 2026.

- **Justificativa da Inexigibilidade:** É a entidade e disponibiliza o atendimento necessário aos munícipes estando amparada pelas leis acima citadas.

Ribeirão do Pinhal, 11 de fevereiro de 2026.

Dartagnan Calixto Fraiz
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE RIBEIRÃO DO PINHAL – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS POR LEI, em reunião presencial realizada em 11 de Fevereiro de 2026

RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar a Prestação de Contas FINAL do cofinanciamento estadual do Repasse “Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima”, objeto da Deliberação nº 078/2022 do CEDCA-PR (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), período de 2025.

Art. 2º: Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ribeirão do Pinhal, 14 de Fevereiro de 2025

José Roberto da Silva
Presidente do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal n.º 1.967/2018.

Ano IX | Edição n.º 1701 | Quarta-feira | 11 de fevereiro de 2026.

Pág. 07

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE RIBEIRÃO DO PINHAL – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS POR LEI, em reunião presencial realizada em 11 de Fevereiro de 2026

RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar a Prestação de Contas FINAL do cofinanciamento estadual do Repasse “Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersectorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância”, objeto da Deliberação n.º 047/2022 do CEDCA-PR (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), período de 2025.

Art. 2º: Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ribeirão do Pinhal, 11 de Fevereiro de 2025

José Roberto da Silva
Presidente do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE RIBEIRÃO DO PINHAL – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS POR LEI, em reunião presencial realizada em 11 de Fevereiro de 2026

RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar a Prestação de Contas do cofinanciamento estadual do Repasse “Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)”, objeto da Deliberação n.º 013/2024 do CEDCA-PR (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), no valor de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), período de 2025.

Art. 2º: Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ribeirão do Pinhal, 11 de Fevereiro de 2025

José Roberto da Silva
Presidente do CMDCA

Assinatura Digital